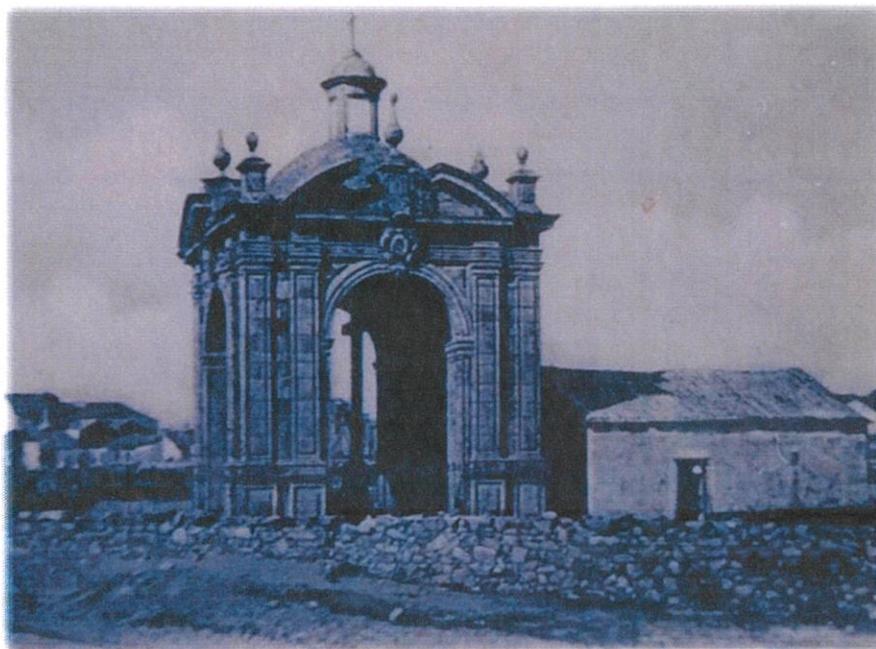




**SANTA CASA**  
**Misericórdia do**  
**Bom Jesus de Matosinhos**

1/1/20



Zimbório do Senhor D'Areia – Monumento do Senhor do Padrão

Relatório de Atividades

**2019**

**Misericórdia**  
**Matosinhos**

Relatório e Contas de Gerência  
Parecer do Definitório

**ÍNDICE**

<b>ÓRGÃOS SOCIAIS</b>	<b>3</b>
<b>MENSAGEM DO PROVEDOR</b>	<b>4</b>
<b>ATIVIDADES POR ÓRGÃOS SOCIAIS</b>	<b>5</b>
Assembleia Geral	5
Mesa Administrativa	5
Definitório	5
<b>RECURSOS HUMANOS</b>	<b>6</b>
<b>RECUPERAÇÃO DE PATRIMÓNIO</b>	<b>6</b>
<b>ÁREA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>ÁREA OPERACIONAL DA INTERVENÇÃO SOCIAL</b>	<b>9</b>
Internato N <sup>a</sup> . Sr <sup>a</sup> . da Conceição	9
<b>ÁREA OPERACIONAL DA RELIGIÃO E CULTO</b>	<b>9</b>
Arquivo Histórico Dr. Rodrigues de Sousa	10
Capelas Mortuárias	10
<b>ÁREA OPERACIONAL SAÚDE</b>	<b>10</b>
Unidade de diagnóstico e tratamento	10
<b>NOTAS FINAIS</b>	<b>10</b>



---

## ÓRGÃOS SOCIAIS

---

Os Órgãos Sociais da Misericórdia de Matosinhos são constituídos pelos membros da Mesa da Assembleia-Geral, da Mesa Administrativa e do Definitório. Os titulares dos Órgãos Sociais, em 2016, foram eleitos pelos Irmãos para o Quadriénio 2017/2020.

---

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Dr. José Albano Pereira Guedes - **Presidente**  
Dra. Maria Alice de Jesus Lima – **Vice-Presidente**  
Dr. Celestino Alves Vieira - **Secretário**  
Maria Filomena Leite S. M. Galante - **Secretária**  
Dr. Emídio Moreira Maia – **Substituto**  
Arq. José António Vidal Afonso Barbosa – **Substituto**  
Dr. Carlos Manuel de S. de Lima Fernandes – **Substituto**  
Dr. Artur Manuel Osório Morais Araújo – **Substituto**

---

### MESA ADMINISTRATIVA

Luís Manuel Figueiredo Branco - **Provedor**  
Armando Fernandes Mesquita - **Vice-Provedor**  
Cândido Sequeira Pinto Gilvaz - **Tesoureiro**  
Dra. Maria do Rosário M. B. Marques Lóio - **Mesária**  
Alberto Pereira Morgado - **Mesário**  
Dra. Clárisse do Céu Sousa – **Mesária**  
Jaime Diniz Pedrosa de Araújo Couto - **Mesário**

---

### DEFINITÓRIO

Dr. Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa - **Presidente**  
Prof. António Azevedo Cunha e Silva – **Vice-presidente**  
Dra. Maria Manuela da Costa Braga - **Secretária**  
Dra. Helena Cristina Sousa Pinto - **Substituta**  
Manuel da Costa Lima – **Substituto**

---

**1014**  
Irmãos

---

92 admissões  
9 desistências  
17 falecimentos

---

## MENSAGEM DO PROVEDOR

---



Caras Irmãs e caros Irmãos:

De acordo com o previsto no nosso Compromisso, al. g), do n.º 1, do artigo 39.º, é da competência da Assembleia Geral apreciar e votar o Relatório e as Contas de Gerência e respetivo parecer do Definitório do exercício de 2019.

A Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos, com a missão de satisfazer carências sociais e de saúde, de praticar atos de culto católico, orientada pelos princípios da doutrina e moral cristã, exerce a sua ação através da prática das catorze obras da misericórdia. Hoje em dia intervém no campo da solidariedade social, da saúde e da cultura, desenvolvendo a sua atividade nas áreas da infância, sénior, família e comunidade, dando resposta diária a cerca de 500 utentes, ao nível das suas respostas sociais de apoio a crianças e idosos.

Apesar dos desafios da conjuntura económica, social e política, o nosso compromisso manteve-se no conjunto das ações que são a nossa missão e nas expectativas da comunidade do Município de Matosinhos. Mantivemos o esforço e motivação de, sempre com os olhos na sustentabilidade económico-financeira, continuar e corresponder aos seus e nossos anseios.

No plano económico, registou-se, em 2019, alguma melhoria na situação económica do País, com o aumento do nível de confiança dos consumidores e a diminuição do desemprego. Porém, essa alteração não produziu impacto no valor das participações pagas pelas famílias a esta Misericórdia ou na disponibilidade para efetivamente pagá-las, mas sim no aumento do preço dos combustíveis e demais produtos que a Instituição necessita de adquirir para a sua atividade diária.

Com a pandemia do corrente ano, tudo se alterou. Vamos ver como se consegue sobreviver a esta crise.

A Mesa Administrativa vem apresentar aos Irmãos o relatório das atividades levadas a efeito em 2019, bem como as contas de gerência deste mesmo ano.

É a última vez que esta Mesa Administrativa vem proceder a esta apresentação, na medida em que o relatório e as contas relativas ao ano de 2020, serão sempre apresentadas pela Mesa Administrativa que venha a ser eleita na sequência das eleições para o quadriénio de 2021/2024, a realizar no último domingo do próximo mês de novembro.

É, de certa forma, também o momento de analisar a ação desta Mesa Administrativa durante o triénio de 2017/2019.

A nossa Misericórdia tem hoje uma situação mais positiva do que tinha em 02/01/2017.



Em 02/01/2017 tínhamos um passivo de € 808.018,14 e em caixa e nos bancos a quantia de € 541.773,62 pelo que existia uma situação financeira negativa de € 266.244,52.

Em 31/12/2019, o passivo era de € 299.708,29 e em caixa e nos bancos tínhamos a quantia de € 382.393,31, pelo que a situação financeira é positiva em € 82.685,02.

É o resultado de uma gestão rigorosa e atenta que permitiu pagar € 508.309,85 de passivo e apresentar em 2019 um saldo económico de € 208.381,29.

---

## **ATIVIDADES POR ÓRGÃOS SOCIAIS**

---

### Assembleia Geral

A Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos reuniu em Assembleia Geral Ordinária no mês de março para análise, discussão e votação do “Relatório e Conta de Gerência respeitante ao exercício do ano 2018” e do respetivo “Parecer do Definitório”, e no mês de novembro para análise, discussão e votação do “Plano de atividades e Conta de Exploração Previsional e Orçamento de Investimentos” para o ano de 2020, bem como do “Parecer do Definitório” relativo àqueles documentos.

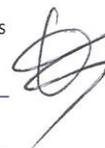
### Mesa Administrativa

No ano de 2019, a Mesa Administrativa reuniu em 19 sessões.

A Mesa Administrativa assegurou de forma prudente, cumprindo e fazendo cumprir, o exercício de todas as atividades desenvolvidas pela Santa Casa.

### Definitório

Para a observância dos princípios da sustentabilidade da Instituição e o rigoroso cumprimento na execução orçamental, o Definitório acompanhou com regularidade a atividade desenvolvida pela Mesa Administrativa, analisando mapas financeiros e demais elementos necessários à prossecução da sua atividade, à emissão de pareceres e apresentação de recomendações.



## RECURSOS HUMANOS

Ao longo de 2019 desligaram-se do serviço 7 trabalhadoras: três reformados, uma despediu-se, um por denúncia do contrato de trabalho, um por acordo de revogação do contrato de trabalho, e um por falecimento; foram admitidos 5 trabalhadores.

Tínhamos em 31/12/2019 128 funcionários.

Mantêm-se as políticas de desenvolver serviços para ocupação integral de todos os trabalhadores.

Ao longo dos anos o número de trabalhadores tem diminuído como se alcança do seguinte quadro:

<b>Ano</b>	<b>N.º colaboradores</b>
2016	<b>140</b>
2017	<b>136</b>
2018	<b>130</b>
2019	<b>128</b>

Não obstante esta diminuição do número de trabalhadores, os serviços prestados pela Misericórdia têm aumentado, quer em número dos meninos que frequentam o pré-escolar dos nossos estabelecimentos, quer com o apoio domiciliário aos Irmãos.

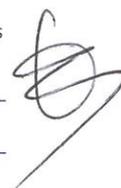
## RECUPERAÇÃO DE PATRIMÓNIO

A recuperação do património tem sido uma das prioridades da Mesa Administrativa.

Durante o ano de 2019 procedeu-se:

- a) À substituição do telhado da casa da Rua D. João IV, no Porto;
- b) À reparação da parte poente do edifício do antigo Hospital, designadamente, com a reparação de parte do telhado, substituição de parte das caleiras, substituição de vários parapeitos das janelas de cimento por mármore, recuperação de algumas paredes, etc.
- c) Substituição das janelas do prédio do Largo do Castelo, em Leça da Palmeira.
- d) Várias pequenas intervenções no edifício do Museu, no Edifício das Escolas do Adro, nos Infantários e em algumas casas arrendadas.

A reconstrução do prédio da Rua Brito Capelo, n.º 242 a 246, em Matosinhos e do prédio da Rua de Vila Franca, n.ºs 133, 139 e 145, em Leça da Palmeira, está dependente da aprovação dos projetos, que estão em análise na Câmara Municipal.



## ÁREA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019, o movimento de crianças na creche, pré-escolar e catl era o seguinte:

<b>Estabelecimento de ensino</b>	<b>Creche</b>	<b>Pré-escolar</b>	<b>CATL</b>
Jardim de Infância, creche “O Paraíso”	40	92	60
Centro Infantil de Matosinhos	40	73	40
Jardim de Infância, creche “Biquinha”	42	50	-
<b>Total</b>	<b>122</b>	<b>215</b>	<b>100</b>

Verifica-se um aumento de crianças no pré-escolar, não obstante o aumento da capacidade das escolas públicas, principalmente dos 4 e 5 anos.

A nível da creche, a procura em muito excede a nossa capacidade, sendo sempre muito elevado o número de crianças que não temos capacidade e autorização para acolher.

A elaboração do projeto de reestruturação do Infantário “O Paraíso”, com vista a duplicar a capacidade da creche de 40 para 84 meninos, e manutenção do pré-escolar, tem sofrido alguns atrasos, sendo de prever que, em 2020, esteja concluído para análise por parte da Câmara Municipal e da Segurança Social.

O Centro Infantil de Matosinhos precisa também de uma profunda remodelação com vista a adaptá-lo, totalmente, às exigências legais atuais.

Contudo, como é sabido, o edifício é propriedade da Segurança Social, que não tem disponibilidade para proceder a esta obra.

Estamos a desenvolver contatos com a Segurança Social com vista a conseguir-se uma solução para esta reestruturação, que será sempre muito difícil, dado a Segurança Social não nos vender o edifício e não ser possível efetuar obras de fundo em prédio alheio.

Nos quadros abaixo, estão distribuídos o número de funcionários pelas diversas categorias nos nossos estabelecimentos de ensino:



<b>Jardim de Infância, creche “O Paraíso”</b>	
<b>Categoria profissional</b>	<b>N.º de funcionários</b>
Auxiliar de educação	17
Educadora de infância	11
Trabalhador de serviços gerais	7
Cozinheiro	1
Ajudante de cozinha	1
<b>Total</b>	<b>37</b>

<b>Centro Infantil de Matosinhos</b>	
<b>Categoria profissional</b>	<b>N.º de funcionários</b>
Auxiliar de educação	11
Educadora de infância	8
Trabalhador de serviços gerais	8
Ajudante de cozinha	2
Ajudante de ação educativa	1
Operadora de lavandaria	1
<b>Total</b>	<b>31</b>

<b>Jardim de Infância, creche “A Biquinha”</b>	
<b>Categoria profissional</b>	<b>N.º de funcionários</b>
Auxiliar de educação	7
Educadora de infância	6
Trabalhador de serviços gerais	4
Ajudante de ação educativa	3
Ajudante de cozinha	1
Cozinheiro	1
Guarda rondista	1
<b>Total</b>	<b>23</b>



---

## ÁREA OPERACIONAL DA INTERVENÇÃO SOCIAL

---

### Internato N.ª. Sr.ª. da Conceição

Como já foi referido em relatórios anteriores, temos hoje menos utentes nesta valência. A capacidade do Internato é de 40 meninas, mas temos tido uma ocupação de pouco mais de metade, dada a política da Segurança Social e do Ministério Público.

Há, também, que proceder a uma reforma profunda das instalações, que já não estão em harmonia com a Lei atual.

### Centro de Dia

Ao longo de 2019 verificou-se um aumento de procura por parte das famílias, tendo a ocupação sido superior aos anos anteriores.

Este aumento de utentes obrigou a que se aumentasse de uma para duas as carrinhas de transporte dos idosos.

Em 2019 conseguiu-se o aumento do apoio da Segurança Social de 20 para 32 utentes, mantendo-se a capacidade em 40 utentes.

Estamos convencidos que esta procura se manterá e que, a curto prazo, se venha a atingir a capacidade máxima de 40 utentes.

### Apoio Domiciliário aos Irmãos

Esta nova valência tem tido um aumento de procura e pretendemos que, no futuro, seja autorizada pela Segurança Social o apoio também a qualquer Matosinhense.

---

## ÁREA OPERACIONAL DA RELIGIÃO E CULTO

---

### Culto

Temos cumprido com todas as obrigações culturais, muito especialmente com as festividades do Senhor de Matosinhos.

### Museu e Casa dos Milagres

A Casa dos Milagres continua aberta ao público e tem tido cada vez mais procura.

O Museu está visitável, mesmo sem marcação.



Só em 2021 é que se prevê que será possível iniciar as obras no edifício sede, com vista a aumentar a área museológica.

#### Arquivo Histórico Dr. Rodrigues de Sousa

Continuou-se a efetuar a inventariação e catalogação dos documentos, muito embora ainda esteja longe a sua conclusão.

#### Capelas Mortuárias

As capelas mortuárias foram dadas de arrendamento, continuando, contudo, a prestar o correspondente serviço à população de Matosinhos.

O arrendatário procedeu à sua atualização e revalorização, tendo hoje melhores condições do que no passado.

Com esta medida, pôs-se fim ao prejuízo económico destas capelas ao longo dos anos, evitou-se que fosse a Misericórdia a suportar os custos da sua necessária recuperação, e tem-se hoje algum rendimento para aplicar nas restantes atividades.

---

## **ÁREA OPERACIONAL SAÚDE**

---

#### Unidade de diagnóstico e tratamento

Está-se a proceder à recuperação do sistema de ventilação, aquecimento e refrigeração do edifício, que estava parado há vários anos.

Por outro lado, está-se a transformar os contratos dos diversos utentes em contratos de arrendamento. É um trabalho longo que demorará ainda a ser concluído.

---

## **NOTAS FINAIS**

---

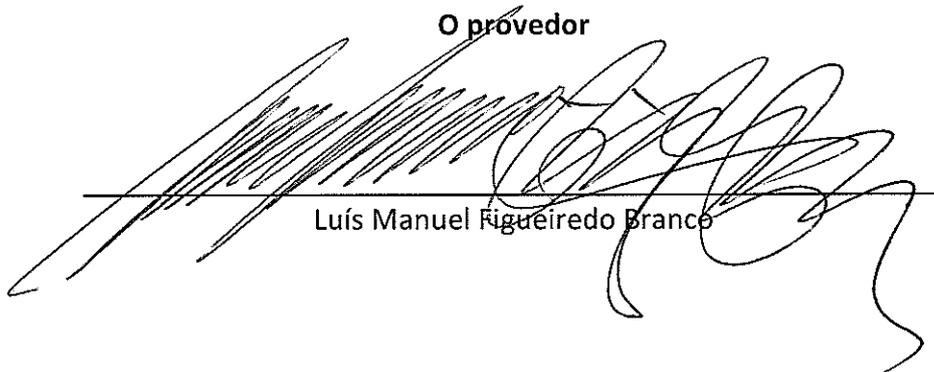
A Mesa Administrativa agradece a todas as Entidades que durante o ano de 2019 apoiaram e colaboraram com a Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos, muito especialmente à Câmara Municipal de Matosinhos, à Junta da União de Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira e à Segurança Social.

Aos Trabalhadores e Voluntários o nosso profundo reconhecimento pelo esforço e dedicação no cumprimento das diretrizes traçadas e que permitiram atingir os resultados alcançados.

Este documento foi aprovado, por unanimidade na reunião da Mesa Administrativa de 04 de março de 2020.

Matosinhos, 04 de março de 2020

**O provedor**



Luís Manuel Figueiredo Branco



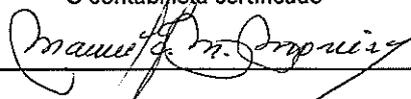
## ÍNDICE DOS MAPAS DE CONTAS DE 2019

- 1 – Balanço em 31 de dezembro de 2019
  
- 2 – Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2019
  
- 3 – Demonstração das alterações dos fundos próprios
  
- 4 – Fluxos de caixa
  
- 5 – Anexo às demonstrações financeiras
  
- 6 – Resultados por valências e outras atividades
  
- 7 – Parecer do Revisor oficial de contas
  
- 8 – Parecer do Definitório

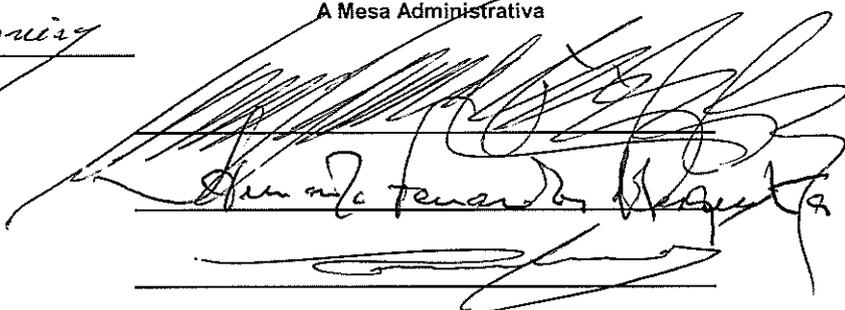
**Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos**  
**Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2019**

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
<b>Activo</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Propriedades de investimento	6	2.021.955,54	13.680,04
Activos fixos tangíveis	6	4.246.090,14	2.773.027,49
Investimentos financeiros		2.495,15	2.163,57
Outros créditos e activos não correntes		2.865,89	2.100,84
		<b>6.273.406,72</b>	<b>2.790.971,94</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	8	23.771,07	24.718,58
Créditos a receber	13.2	137.044,66	131.322,56
Estado e outros entes públicos	14.1	343,10	339,63
Outros ativos correntes	13.2	206.091,48	207.116,33
Diferimentos	13.2	5.894,56	10.766,70
Caixa e depósitos bancários	4	382.393,31	324.913,35
		<b>755.538,18</b>	<b>699.177,15</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>7.028.944,90</b>	<b>3.490.149,09</b>
<b>Fundos Patrimoniais e Passivo</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		57.379,22	57.379,22
Reservas		275.475,52	275.475,52
Resultados Transitados		2.169.578,88	2.132.999,33
Outras variações nos fundos patrimoniais	6.1	3.454.813,53	0,00
		<b>5.957.247,15</b>	<b>2.465.854,07</b>
Resultado líquido do período		208.381,29	36.579,55
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>6.165.628,44</b>	<b>2.502.433,62</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	10	64.616,45	34.616,45
Financiamentos obtidos	14.6	186.840,57	269.218,90
		<b>251.457,02</b>	<b>303.835,35</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores, c/c	13.2	76.030,15	65.781,34
Fornecedores imobilizado	13.2	19.898,24	0,00
Estado e outros entes públicos	14.1	94.070,43	94.873,69
Financiamentos obtidos	14.6	77.313,36	86.126,00
Outros passivos correntes		344.547,26	437.099,09
		<b>611.859,44</b>	<b>683.880,12</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>863.316,46</b>	<b>987.715,47</b>
<b>Total do Fundos Patrimoniais e Passivo</b>		<b>7.028.944,90</b>	<b>3.490.149,09</b>

O contabilista certificado



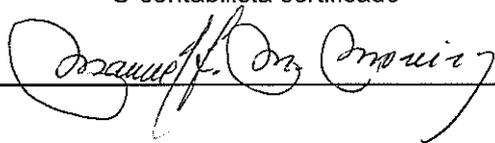
A Mesa Administrativa



**Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos**  
**Demonstração Consolidada Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro em 2019**

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	14.2	674.563,75	610.529,57
Subsídios, doações e legados à exploração	11.2	1.521.089,16	1.429.819,91
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8.3	-139.036,72	-125.812,38
Fornecimentos e serviços externos	14.3	-365.376,80	-320.139,26
Gastos com o pessoal	13.3	-2.025.550,76	-2.081.656,43
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	13.2	-6.786,26	-17.651,68
Provisões (reversões)	10.1	-30.000,00	-24.616,45
Outros rendimentos e ganhos	14.5	741.586,91	676.294,58
Outros gastos e perdas	14.4	-25.111,15	-46.010,25
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>345.378,13</b>	<b>100.757,61</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6.2	-136.927,54	-63.684,49
<b>Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>208.450,59</b>	<b>37.073,12</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	14.6	-69,30	-493,57
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>208.381,29</b>	<b>36.579,55</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>208.381,29</b>	<b>36.579,55</b>

O contabilista certificado



A Mesa Administrativa



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MATOSINHOS**  
**Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios - Ano 2019**

Unidade Monetária: EURO

DESCRIÇÃO	Fundos	Outras reservas	Outras variações patrimoniais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2018</b>	57.379,22	275.475,52	0,00	2.024.762,93	108.236,40	2.465.854,07
<b>Alterações no período</b>						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	0,00	108.236,40	-108.236,40	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	36.579,55	36.579,55
<b>Resultado integral</b>					36.579,55	36.579,55
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>	57.379,22	275.475,52	0,00	2.132.999,33	36.579,55	2.502.433,62
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2019</b>	57.379,22	275.475,52	0,00	2.132.999,33	36.579,55	2.502.433,62
<b>Alterações no período</b>						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	3.454.813,63	36.579,55	-36.579,55	3.454.813,63
<b>Resultado líquido do período</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	208.381,29	208.381,29
<b>Resultado integral</b>					208.381,29	3.663.194,92
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2019</b>	57.379,22	275.475,52	3.454.813,63	2.169.578,88	244.960,84	6.165.628,54

**Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos**  
**Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		690.309,80	617.473,05
Pagamentos de apoios		0,00	-500,00
Pagamentos a fornecedores		-507.751,85	-487.467,55
Pagamentos ao pessoal		-2.120.892,03	-2.152.498,58
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-1.938.334,08</b>	<b>-2.022.993,08</b>
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		1,13	546,41
Outros recebimentos / pagamentos		2.141.271,83	2.041.305,97
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)</b>		<b>202.938,88</b>	<b>18.859,30</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>PAGAMENTOS RESPEITANTES A:</b>			
Activos fixos tangíveis		-100.698,32	-77.584,54
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-1.496,49	-311,30
Outros activos		0,00	0,00
<b>RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:</b>			
Activos fixos tangíveis		27.132,15	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		11.500,00	0,00
Juros e rendimentos similares		1.399,17	2.785,89
Dividendos		0,00	0,00
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)</b>		<b>-62.163,49</b>	<b>-75.109,95</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		7.964,84	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>PAGAMENTOS RESPEITANTES A:</b>			
Financiamentos obtidos		-91.190,97	-104.717,84
Juros e gastos similares		-69,30	-493,57
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)</b>		<b>-83.295,43</b>	<b>-105.211,41</b>
Variações de caixa e seus equivalentes ( 1 + 2 + 3 )		<b>57.479,96</b>	<b>-161.462,06</b>
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	324.913,35	486.375,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	382.393,31	324.913,35
Variações de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		<b>57.479,96</b>	<b>-161.462,06</b>

## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **1. Identificação da entidade**

A Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos ("SCM Matosinhos") é uma Instituição de Solidariedade Social, foi fundada a 16 de Dezembro de 1848, tem a sua sede na Avenida Dom Afonso Henriques e tem como fim específico de praticar obras de misericórdia "corporais e espirituais", gozando de autonomia administrativa e da confiança dos seus benfeitores.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da SCM Matosinhos, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo, incluindo apenas divulgações das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro aplicáveis à SCM Matosinhos.

### **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

#### **2.1. Diplomas legais:**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da SCM Matosinhos e de acordo com as normas de Normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), regulado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, considerando as alterações que decorrem da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Foram utilizadas as normas aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);

#### **2.2. Rubricas não comparáveis com o exercício anterior:**

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro 2019, incluídas nas Demonstrações Financeiras, para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no parágrafo anterior.

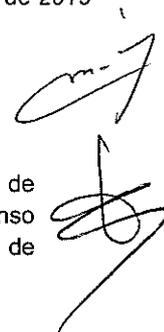
### **3. Principais políticas contabilísticas**

#### **3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

##### **a) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente programas de computador encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Instituição, sejam controláveis pela Instituição e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.



As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

#### b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	6 – 50
Equipamento básico	2 – 8
Equipamento de transporte	4 – 5
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	4

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo ainda em fase de construção, encontrando - se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

#### c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos a Instituições interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em Instituições associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

#### d) Imparidade dos ativos não correntes (exceto goodwill)

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada exercício.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de ativos depreciáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

**e) Custos de empréstimos obtidos**

Os encargos financeiros que com empréstimos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

**f) Inventários**

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

**g) Instrumentos financeiros**

**i. Créditos a receber e Outros ativos correntes**

Os créditos a receber e Outros ativos correntes são registadas pelo seu custo (valor nominal) e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Instituição tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

**ii. Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico dos empréstimos caso não sejam liquidados durante o período.

Sempre que existe direito de cumprimento obrigatório de compensar ativos e passivos e a Mesa Administrativa pretenda liquidar, numa base líquida, ou realizar a ativo a liquidar simultaneamente o passivo, os mesmos são compensados, e apresentados no balanço pelo seu montante líquido.



iii. Fornecedores e Outros passivos correntes

As dívidas a fornecedores ou a Outros passivos correntes que não vencem juros são registadas pelo seu custo (valor nominal).

iv. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

v. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes do caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica do passivo corrente "Financiamentos obtidos".

**h) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Instituição como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da Instituição; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um Ex fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Instituição. A Instituição não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a Instituição forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

**i) Regime do acréscimo**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

**j) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas**

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração são registados na rubrica "Subsídios à Exploração" da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para financiamento de ativos são registados no balanço como "Outras variações no capital próprio", e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados.

**k) Rédito**

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Instituição e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

**l) Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Instituição. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

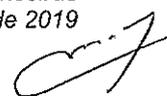
**m) Julgamentos e estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras, a Mesa Administrativa da Instituição baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 incluem, nomeadamente, o registo de provisões e perdas de imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.



### 3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

#### a) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método direto. A Instituição classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a Atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em Instituições participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

### 3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, a Mesa Administrativa da Instituição utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas significativas refletidas nas Demonstrações Financeiras são:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; e
- Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões.

### 3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

A entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com a sua atividade. Da avaliação resultou que a atividade tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período.

## 4. Fluxos de Caixa

### 4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A 31.12.2019 e 31.12.2018, o saldo de caixa e de depósitos bancários decompõem-se da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Caixa</b>		
Caixa sede	2.797,41€	1.258,18€
Total	2.797,41€	1.258,18€
<b>Depósitos bancários</b>		
Depósito à ordem	329.595,90€	193.655,17€
Depósito a prazo	50.000,00€	130.000,00€
Total	379.595,90€	323.655,17€
<b>TOTAL CAIXA E DEPOSITOS BANCÁRIOS</b>	<b>382.393,31€</b>	<b>324.913,35€</b>

## 5. Ativos intangíveis

### 5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos intangíveis - outros	Vida útil	Taxa de amortização
Programas de computador	3	33,33%

- b) Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, tendo por base as taxas de amortização previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

- c) Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

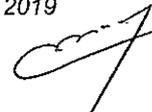
Ativos intangíveis - outros	Ano 2019		Ano 2018	
	Ativo bruto	Amortizações Perdas p/imparidade	Ativo bruto	Amortizações Perdas p/imparidade
Programas de computador	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€
<b>TOTAL</b>	<b>1.581,17€</b>	<b>1.581,17€</b>	<b>1.581,17€</b>	<b>1.581,17€</b>

- d) O valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica da demonstração dos resultados "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" ascende a:

Amortizações do exercício - outros	Ano 2019	Ano 2018
Programas de computador	0,00€	0,00€
<b>TOTAL</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>

- e) Os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano 2019 e em 2018 são os que se seguem:

2019	Projetos desenvolvimento	Software	Propriedade industrial	Outros ativos tangíveis	TOTAL
Ativo bruto					
Saldo em 1/1/2019	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Amortizações acumuladas					
Saldo em 1/1/2019	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
<b>VALOR LIQUIDO</b>	-	-	-	-	-



2018	Projetos desenvolvimento	Software	Propriedade industrial	Outros ativos tangíveis	TOTAL
Ativo bruto					
Saldo em 1/1/2018	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Amortizações acumuladas					
Saldo em 1/1/2018	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
VALOR LIQUIDO	-	-	-	-	-

## 6. Ativos tangíveis e Propriedades de investimento

### 6.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis e Propriedades de Investimento:

#### a) Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As rubricas de Ativos tangíveis e Propriedades de investimento apresentam no ano de 2019 uma variação significativa nas rubricas de imóveis, uma vez que foram registados os imóveis adquiridos ou doados à SCM Matosinhos desde a sua fundação e que não se não encontravam refletidos na contabilidade.

Nos pareceres, quer do Definitório, quer do Revisor Oficial de Contas, esta situação, foi nos últimos anos assinalada, tendo sido dado como resposta na ocasião pela Mesa Administrativa, de que estava a ser feito o levantamento e estudo sobre todos os edifícios doados e herdados.

Efetuada a conferência da quase totalidade dos edifícios e os seus registos matriciais, procedeu-se à sua valorização, tendo sido acordado pelos diversos Órgãos Sociais desta Instituição, nomeadamente a Mesa Administrativa e o Definitório, que, para os edifícios que tinham escritura onde era mencionado o seu valor, este fosse atualizado com o coeficiente da desvalorização da moeda do Banco de Portugal e que para os prédios doados sem valorização, fosse considerado o valor constante no registo matricial.

Efetuada a contabilização da incorporação dos edifícios doados, foram os valores registados, neste exercício de 2019, pelo valor total de 3.504.541,88€ na conta 59411 – Doações de Edifícios, sendo 2.024.194,53€ na conta 42 - Propriedades de Investimento e os restantes 1.480.347,35 na conta 43 – Ativos Fixos Tangíveis – Edifícios e Outras Construções.

#### b) Método de depreciação usado:

A Instituição amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

No caso dos imóveis doados à SCM Matosinhos e, de acordo com a portaria 218 de 23 de julho de 2015, as Entidades do setor não lucrativo podem registar a crédito o valor do imóvel na conta 59411 – Doações de Edifícios e anualmente registam na conta 7883-Imputação de Subsídios e doações de ativos tangíveis a contrapartida das amortizações efetuadas em gastos de forma a que o impacto no resultado líquido dos referidos imóveis seja nulo.

#### c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do exercício são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos tangíveis	Vida útil	Taxa de amortização
Edifícios e outras construções	6 – 50	16,66% - 2,00%
Equipamento básico	2 – 8	50,00% - 12,50%
Equipamento de transporte	4 – 5	25,00% - 20,00%
Equipamento administrativo	3 – 10	33,33% - 10,00%
Outros ativos fixos tangíveis	4	25,00%

d) e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

2019	Propriedades de investimento	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos e tangíveis	Ativos fixos em curso	TOTAL
Ativo bruto								
Saldo em 1/1/2019	15.200,04€	3.914.998,59€	539.283,74€	106.507,45€	201.670,65€	144.573,18€	228.890,39€	5.151.124,04€
Adições	2.052.866,58€	1.480.347,35€	1.711,55€	0€	3.271,96€	0€	25.815,24€	3.618.265,68€
Transferências e abates	(54.523,00)€	0€	0€	0€	0€	0€	54.253,00€	0€
Saldo em 31/12/2019	2.068.066,62€	5.395.345,94€	540.995,29€	106.507,45€	204.942,61€	144.573,18€	308.958,63€	8.769.389,72€
Ativo bruto								
Saldo em 1/1/2019	1.520,00€	1.494.006,84€	465.135,02€	86.256,61€	185.176,19€	132.321,84€	0€	2.364.416,50€
Adições	44.591,08€	81.585,45€	3.184,96€	6.125,00€	1.312,44€	128,61€	0€	136.927,54€
Transferências e abates	0€	0€	0€	0€	0€	0€	0€	0€
Saldo em 31/12/2019	46.111,08€	1.575.592,29€	468.319,98€	92.381,61€	186.488,63€	132.450,45€	0€	2.501.344,04€
VALOR LIQUIDO	2.021.955,54€	3.819.753,65€	72.675,31€	14.125,84€	18.453,98€	12.122,73€	308.958,63€	6.268.045,68€

2018	Propriedades de investimento	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos e tangíveis	Ativos fixos em curso	TOTAL
Ativo bruto								
Saldo em 1/1/2018	-	3.914.998,59€	535.875,00€	82.007,45€	201.670,65€	134.205,41€	206.627,39€	5.075.384,49€
Adições	15.200,04	-	3.408,73€	24.500,00€	-	10.367,77€	22.283,00€	75.739,54
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	15.200,04	3.914.998,59€	539.283,73€	106.507,45€	201.670,65€	144.573,18€	228.890,39€	5.151.124,03€
Depreciações acumuladas								
Saldo em 1/1/2018	-	1.441.410,70€	463.018,59€	80.131,61€	183.977,86€	132.193,25€	-	2.300.732,01€
Adições	1.520,00	52.596,14€	2.116,43€	6.125,00€	1.198,33€	128,59€	-	63.684,49€
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	1.520,00	1.494.006,84€	465.135,02€	86.256,61€	185.176,19€	132.321,84€	-	2.364.416,50€
VALOR LIQUIDO	13.680,04	2.420.991,75€	74.148,71€	20.250,84€	16.494,46€	12.251,34€	228.890,39€	2.786.707,53€

Os ativos fixos em curso integram, essencialmente, os gastos associados ao investimento em: **Lar da terceira idade 233.379,89€ - Recuperação de edifícios 57.635,50€ - Paraíso- Projeto EE 3.198,00€ e 14.745,24€** referentes à nova viatura adquirida em Dezembro de 2019 que está em fase de acabamento e irá ser utilizada somente em 2020. Esta nova viatura foi adquirida com o subsídio de **11.500,00€** concedido pela Câmara Municipal de Matosinhos.

6.2 Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período:

Ativos tangíveis	Depreciação reconhecida nos resultados
Propriedades de investimento	44.591,08€
Edifícios e outras construções	81.585,45€
Equipamento básico	3.184,96€
Equipamento de transporte	6.125,00€
Equipamento administrativo	1.312,44€
Outros ativos fixos	128,61€
<b>TOTAL</b>	<b>136.927,54€</b>

6.3 Depreciação acumulada no final do período:

Depreciação acumulada	31/12/2019	31/12/2018
Propriedades de investimento	46.111,08€	1.520,00€
Edifícios e outras construções	1.575.592,29€	1.494.006,84€
Equipamento básico	468.319,98€	465.135,02€
Equipamento de transporte	92.381,61€	86.256,61€
Equipamento administrativo	186.488,63€	185.176,19€
Outros ativos tangíveis	132.450,45€	132.321,84€
<b>TOTAL</b>	<b>2.501.344,04€</b>	<b>2.364.416,50€</b>

## 7. Custos de empréstimos obtidos

### 7.1 Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos, exceto nos casos em que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, caso em que são capitalizados como parte do custo desse ativo.

## 8. Inventários

### 8.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão-de-obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos matérias em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Instituição valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

### 8.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários descriminava-se da seguinte forma:

Inventários	31/12/2019	31/12/2018
Mercadorias	23.771,07€	24.718,58€
<b>TOTAL</b>	<b>23.771,07€</b>	<b>24.718,58€</b>

Inventários	31/12/2019	31/12/2018
Cera e artigos religiosos	2.630,42€	994,83€
Livros e publicações	21.140,65€	23.723,75€
<b>TOTAL</b>	<b>23.771,07€</b>	<b>24.718,58€</b>

### 8.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como um gasto durante o exercício foi como se segue:

2019	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	24.718,58€	-	24.718,58€
Perdas por imparidade em existência	-	-	-
Compras	4.669,07€	133.420,14€	138.089,21€
Reclassificação e regularização de inventários	-	-	-
Inventário final	23.771,07€	-	23.771,07€
<b>GASTO DO PERÍODO</b>	<b>5.616,58€</b>	<b>133.420,14€</b>	<b>139.036,72€</b>

2018	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	24.197,28€	-	24.197,28€
Perdas por imparidade em existência	-	-	
Compras	2.755,93€	123.577,75€	126.333,68
Reclassificação e regularização de inventários	-	-	
Inventário final	24.718,58€	-	24.718,58€
<b>GASTO DO PERÍODO</b>	<b>2.234,63€</b>	<b>123.577,75€</b>	<b>125.812,38€</b>

## 9. Réditos

### 9.1 Políticas contábilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A Instituição reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) **Vendas** - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.
- b) **Prestações de serviços** - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.
- c) **Juros** - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.
- d) **Royalties** - são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante.
- e) **Dividendos** - são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

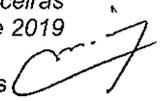
### 9.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	31/12/2019	31/12/2018
Prestações de serviços	674.563,75€	610.529,57€
Juros	1.399,17€	2.785,89€
<b>TOTAL</b>	<b>675.962,92€</b>	<b>613.315,46€</b>

## 10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### 10.1 Provisões

A Instituição reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um ex fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.



No que respeita à "segurança no trabalho" em anos anteriores ocorreram alguns casos litigiosos relacionados com planos de segurança para alguns dos nossos estabelecimentos, que nos levaram à criação de provisão para os respetivos processos judiciais em curso com a ANPC.

Neste exercício ocorreram alguns casos que se encontram em negociação, caso das contraordenações existentes com alguns planos de segurança dos nossos estabelecimentos, que nos levam a manter as provisões existentes, e à criação de uma provisão neste exercício, para acautelar negociações em curso sobre os valores dos respetivos saldos existentes a nosso favor, para um encontro de contas (fornecedor/cliente) com o nosso cliente/fornecedor Uninefro, e ainda processos a decorrer com pessoal e ainda com um inquilino, conforme passamos a indicar no quadro seguinte:

Descrição	Saldo 2018	Constituição	Reversões	Saldo 2019
Processos em curso:				
Segurança no trabalho – ANPC	10.000,00€	0€	0€	10.000,00€
Outras provisões	24.616,45€	0€	0€	24.616,45€
Pessoal	-	20.000,00€	0€	20.000,00€
Inquilino	-	10.000,00€	0€	10.000,00€
<b>TOTAL</b>	<b>34.616,45€</b>	<b>30.000,00€</b>	<b>0€</b>	<b>64.616,45€</b>

Descrição	Saldo 2017	Constituição	Reversões	Saldo 2018
Processos em curso:				
Segurança no trabalho - ANPC	10.000,00€	0€	0€	10.000,00€
Outras provisões	0€	24.616,45€	0€	24.616,45€
<b>TOTAL</b>	<b>10.000,00€</b>	<b>24.616,45€</b>	<b>0€</b>	<b>34.616,45€</b>

## 11. Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do Governo

### 11.1 Políticas contabilísticas adotadas:

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso do subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração) são reconhecidos como rendimentos do próprio exercício, exceto nos casos em que se destinem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que imputam aos referidos exercícios.

### 11.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do governo

A 31 de Dezembro de 2019, a Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

Descrição do subsídio	Natureza	Demonstração de resultados
Segurança Social	Relacionado com rendimentos	1.413.067,67€
IEFP	Relacionado com rendimentos	3.595,62€
Câmara de Matosinhos (a)	Relacionado com rendimentos	66.439,50€
Doações, heranças e donativos	Relacionado com rendimentos	37.986,37€
<b>TOTAL</b>		<b>1.521.089,16€</b>

- (a) – A Câmara Municipal de Matosinhos concedeu, à Misericórdia de Matosinhos, um donativo no valor de 11.500,00€, para a compra de uma nova viatura para transportar os utentes desta Instituição, e de forma a dar cobertura aos serviços de apoio no domicílio aos irmãos desta Santa Casa.

Este valor não está incluído na rubrica de donativos pelo facto de termos, como indicam as políticas contabilísticas, contabilizado como Subsídios para Investimentos, na conta "59 – Outras variações nos fundos patrimoniais", onde irá ser amortizado sistematicamente em quatro anos nas amortizações anuais e na percentagem do valor recebido de 11.500,00€, sendo o valor total do custo da viatura de 14.745,24€ o qual irá iniciar a partir do ano de 2020.

A 31 de Dezembro de 2018, a Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

Descrição do subsídio	Natureza	Demonstração de resultados
Segurança Social	Relacionado com rendimentos	1.330.557,78€
IEFP	Relacionado com rendimentos	1.345,39€
Câmara de Matosinhos	Relacionado com rendimentos	64.293,00€
Doações, heranças e donativos	Relacionado com rendimentos	33.623,74€
<b>TOTAL</b>		<b>1.429.819,91€</b>

## 12. Acontecimentos após a data do balanço

### 12.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 04 de março de 2020. No entanto, poderá a Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

### 12.2 Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos quaisquer acontecimentos após a data do balanço que possam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2019.

## 13. Instrumentos financeiros

### 13.1 Bases de mensuração

É política da Instituição reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Instituição mensura ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda de imparidade são mensurados ao justo valor.

A Instituição não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto a Instituição for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

### 13.2 Ativos e passivos financeiros

#### Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Instituição detinha os seguintes ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade:

	2019 Quantia escriturada	2018 Quantia escriturada
Créditos a receber gerais	75.306,85€	105.192,89€
Créditos a receber inquilinos	2.212,25€	9.227,69€
Créditos a receber utentes	8.798,65€	10.270,95€
Adiant.a fornecedores, c/c	48.795,42€	29.258,71€
Adiant.a fornecedores imob.	8.717,75€	0€
Perdas por imparidade	-6.786,26€	-22.627,68€
<b>Créditos a receber</b>	<b>137.044,66€</b>	<b>131.322,56€</b>
Acréscimos de rendimentos	206.091,48€	207.116,33€
<b>Outros ativos correntes</b>	<b>206.091,48€</b>	<b>207.116,33€</b>
Diferimentos	5.894,56€	10.766,70€
<b>TOTAL</b>	<b>349.030,70€</b>	<b>349.205,59€</b>

No período findo em 31 de dezembro de 2019 foi atualizada a imparidade criada para os saldos de utentes e inquilinos, sendo que a mesma abrange neste momento as dívidas dos utentes para os anos de 2016 a 2018, no montante de 4.167,35 euros e o restante, no montante de 2.618,91 euros, refere-se aos saldos em aberto de inquilinos.

No que respeita aos acréscimos de rendimentos, esta rubrica inclui, essencialmente, o apoio previsto por parte da Câmara de Matosinhos (60.000,00 euros) e o apoio concedido pela Segurança Social relacionado com a compensação salarial das educadoras prevista para o ano letivo de (145.319,88 euros).

#### Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Instituição detinha os seguintes passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:

	2019 Quantia escriturada	2018 Quantia escriturada
Fornecedores, c/ gerais	76.030,15€	65.781,34€
Fornecedores, imobilizado	19.898,24€	0€
Remunerações a liquidar	326.184,64€	390.735,09€
Outros acréscimos de gastos	8.890,56€	6.947,41€
Pessoal - acordos	6.560,26€	37.351,08€
Credores diversos	2.911,80€	2.065,51€
<b>Outros passivos correntes</b>	<b>344.547,26€</b>	<b>437.099,09€</b>
<b>TOTAL</b>	<b>440.475,65€</b>	<b>502.880,43€</b>

A rubrica "Remunerações a liquidar" contém os seguintes valores:

Férias e encargos com férias	296.514,72€	287.605,28€
Retroativos a liquidar	29.669,92€	103.129,81€
<b>TOTAL</b>	<b>326.184,64€</b>	<b>390.735,09€</b>

### 13.3 Benefícios de curto prazo

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os gastos com o pessoal apresentavam a seguinte composição:



	2019	2018
Remunerações do pessoal	1.664.674,61€	1.674.420,84€
Indemnizações (acordos)	1.520,55€	49.073,29€
Encargos sobre remunerações	336.665,20€	339.580,74€
Seguros de acidentes de trabalho	17.498,62€	14.019,01€
Outros	5.191,78€	4.562,55€
<b>TOTAL</b>	<b>2.025.550,76€</b>	<b>2.081.656,43€</b>

#### 14. Outras informações

##### 14.1 Estados e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de "Estado e Outros entes Públicos" em 31 de dezembro de 2018 e 2018 é o seguinte:

	2019	2018
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o rendimento	343,10€	339,63€
	<b>343,10€</b>	<b>339,63€</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	21.216,65€	22.673,38€
Imposto sobre o valor acrescentado	0€	0€
Contribuições para a Segurança Social	72.757,86€	72.134,75€
Outras tributações	95,92€	65,56€
	<b>94.070,43€</b>	<b>94.873,69€</b>

##### 14.2 Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos

As vendas e prestações de serviços em 2019 e 2018 distribuíram-se da seguinte forma:

	2019	2018
<b>Vendas e prestações de serviços</b>		
Mercado interno	674.563,75€	610.529,57€
Mercado externo	0€	0€
	<b>674.563,75€</b>	<b>610.529,57€</b>
<b>Prestações de serviços</b>		
Matrículas e mensalidades – utilizadores	651.730,24€	582.270,15€
Quotizações e joias	5.414,51€	3.972,92€
Outros	17.419,00€	24.286,50€
	<b>674.563,75€</b>	<b>610.529,57€</b>

##### 14.3 Fornecimento e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos tem no período de 2019 e 2018 a seguinte composição:

	2019	2018
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>		
Subcontratos	29.739,99€	17.162,08€
Serviços especializados: Conservação e reparação	51.980,42€	43.384,29€
Serviços especializados: Honorários	62.996,17€	40.952,62€
Serviços especializados: outros	42.246,35€	39.061,37€
Materiais	16.399,05€	13.849,17€
Energia e fluídos	104.067,09€	107.821,50€
Deslocações, estadas e transportes	2.302,07€	1.700,79€
Serviços diversos: Limpeza e higiene e conforto	21.197,59€	24.703,58€
Serviços diversos: Contencioso e notariado	3.879,04€	662,71€
Serviços diversos: Comunicação	8.209,67€	7.135,11€
Serviços diversos	22.359,36€	23.706,04€
	<b>365.376,80€</b>	<b>320.139,26€</b>

#### 14.4 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no período de 2019 e 2018 a seguinte composição:

	2019	2018
<b>Outros gastos e perdas</b>		
Impostos	1.060,08€	1.419,93€
Gastos e perdas com investimentos financeiros	668,42€	4.209,54€
Quotizações	960,00€	1.133,00€
Custos com apoios financeiros concedidos	250,00€	500,00€
Correções relativas ao período anterior	21.744,86€	38.747,57€
Outros	427,79€	0,21€
	<b>25.111,15€</b>	<b>46.010,25€</b>

#### 14.5 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no período de 2019 e 2018 a seguinte composição:

	2019	2018
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>		
Descontos de pronto pagamento obtidos	31,77€	5,82€
Rendas e outros rendimentos em propriedade	618.317,55€	609.407,82€
Sinistros	2.671,32€	256,83€
Outros Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	27.400,71€	20.147,83€
Correções relativas a períodos anteriores	17.966,82€	40.012,79€
Restituição de impostos	3.786,20€	550,38€
Imputação subsídios e doações – amortizações do exercício	69.193,19€	0€
Juros Obtidos	1.399,17€	2.785,89€
Outros	820,18€	341,33€
	<b>741.586,91€</b>	<b>676.294,58€</b>

De acordo com a Portaria 218/2015 de 14 de março, as ENSL poderão contabilizar na conta 7883 - Imputação de subsídios/doações para investimentos, o valor relativo às doações de ativos tangíveis que foram doados à instituição de forma depreciar o AFT, demonstrando assim o seu valor à data do fecho do balanço e assim diminuindo o valor da conta 59 – Outras variações nos fundos patrimoniais relativo às doações recebidas.

#### 14.6 Financiamentos

A rubrica Financiamentos tem no período de 2019 e 2018 a seguinte composição:

	2019	2018
<b>Financiamentos</b>		
Bankinter (12anos)	264.153,93€	341.467,29€
Bankinter (10anos)	0€	13.877,61€
	<b>264.153,93€</b>	<b>355.344,90€</b>
<b>Juros pagos</b>		
Juros de financiamento	69,30€	493,57€
	<b>69,30€</b>	<b>493,57€</b>
	2019	2018
<b>Financiamentos</b>		
Bankinter – corrente	77.313,36€	86.126,00€
Bankinter – não corrente	186.840,57€	269.218,90€
	<b>264.153,93€</b>	<b>355.344,90€</b>

#### 14.7 Garantias prestadas

Os financiamentos obtidos pela Instituição, referidos no ponto 14.6 encontram-se garantidos através da constituição de hipoteca sobre imóvel sito no Gaveto da Rua da Misericórdia com a Rua Alfredo Cunha (registo nº 2908).

**15. Passivos contingentes**

A Mesa, com base na opinião do advogado sobre os processos em curso a 31 de Dezembro de 2019, considera que, como salvaguarda futura, deverão ser constituídas provisões no montante global de € 30 000,00

**16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

Matosinhos, 8 de julho de 2020

O Contabilista Certificado

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2019 POR VALÊNCIAS**  
**ÁREA DE INFÂNCIA - CRECHES**

CONTA	DESCRIÇÃO	CRECHE PARAISO	CRECHE C.I.M.	CRECHE BIQUINHA	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	14.083,00	11.802,07	9.892,50	35.777,57
62	Fornecimentos e serviços externos	14.955,07	16.976,38	16.576,31	48.507,76
63	Gastos com o pessoal	202.480,71	190.339,42	166.354,64	559.174,77
64	Gastos depreciação e de amortização	684,32	1.288,40	213,83	2.186,55
65	Perdas por imparidade	732,24	358,00	484,42	1.574,66
67	Provisões do período	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	1.562,29	1.269,40	1.991,74	4.823,43
69	Gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Totais sem gastos administrativos</b>	<b>234.497,63</b>	<b>222.033,67</b>	<b>195.513,44</b>	<b>652.044,74</b>
6	<i>Imputação de gastos administrativos</i>	23.793,85	23.793,85	22.752,86	70.340,56
	<b>Total de gastos</b>	<b>258.291,48</b>	<b>245.827,52</b>	<b>218.266,30</b>	<b>722.385,30</b>
72	Prestação de serviços	57.801,28	54.717,59	73.956,60	186.475,47
75	Subsídios, doações e legados á exploração	138.325,46	137.777,72	134.946,32	411.049,50
78	Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Juros, e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total sem ganhos administrativos</b>	<b>196.126,74</b>	<b>192.495,31</b>	<b>208.902,92</b>	<b>597.524,97</b>
7	<i>Imputação de ganhos administrativos</i>	6.299,74	6.299,73	6.024,13	18.623,60
	<b>Total de ganhos</b>	<b>202.426,48</b>	<b>198.795,04</b>	<b>214.927,05</b>	<b>616.148,57</b>
	<b>Resultado</b>	<b>-55.865,00</b>	<b>-47.032,48</b>	<b>-3.339,25</b>	<b>-106.236,73</b>



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2019 POR VALÊNCIAS**  
**ÁREA DE INFÂNCIA - PRÉ-ESCOLAR**

CONTA	DESCRIÇÃO	PRÉ-ESCOLAR PARAISO	PRÉ-ESCOLAR C.I.M.	PRÉ-ESCOLAR BIQUINHA	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	19.112,50	22.030,53	12.090,57	53.233,60
62	Fornecimentos e serviços externos	20.279,85	31.869,76	15.815,33	67.964,94
63	Gastos com o pessoal	279.549,81	256.389,56	147.523,65	683.463,02
64	Gastos depreciação e de amortização	928,72	1.731,11	189,63	2.849,46
65	Perdas por imparidade	993,75	480,75	429,58	1.904,08
67	Provisões do período	0,00	10.000,00	10.000,00	20.000,00
68	Outros gastos e perdas	2.120,25	1.705,60	1.766,26	5.592,11
69	Gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Totais sem gastos administrativos</b>	<b>322.984,88</b>	<b>324.207,31</b>	<b>187.815,02</b>	<b>835.007,21</b>
	<i>Imputação de gastos administrativos</i>	<i>29.742,30</i>	<i>26.768,07</i>	<i>27.809,04</i>	<i>84.319,41</i>
	<b>Total de gastos</b>	<b>352.727,18</b>	<b>350.975,38</b>	<b>215.624,06</b>	<b>919.326,62</b>
72	Prestação de serviços	131.585,27	109.413,07	59.049,05	300.047,39
75	Subsídios, doações e legados á exploração	273.893,87	243.055,69	148.248,90	665.198,46
78	Outros rendimentos e ganhos	380,30	2.915,00	0,00	3.295,30
79	Juros, e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total sem ganhos administrativos</b>	<b>405.859,44</b>	<b>355.383,76</b>	<b>207.297,95</b>	<b>968.541,15</b>
	<i>Imputação de ganhos administrativos</i>	<i>7.874,65</i>	<i>7.087,20</i>	<i>7.362,80</i>	<i>22.324,65</i>
	<b>Total de ganhos</b>	<b>413.734,09</b>	<b>362.470,96</b>	<b>214.660,75</b>	<b>990.865,80</b>
	<b>Resultado</b>	<b>61.006,91</b>	<b>11.495,58</b>	<b>-963,31</b>	<b>71.539,18</b>

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2019 POR VALÊNCIAS**  
**ÁREA DE INFÂNCIA -ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES**

CONTA	DESCRIÇÃO	A. T. L. PARAISO	A. T. L. C.I.M.	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	7.041,32	5.507,63	12.548,95
62	Fornecimentos e serviços externos	7.447,49	7.922,30	15.369,79
63	Gastos com o pessoal	107.196,26	107.898,77	215.095,03
64	Gastos depreciação e de amortização	342,16	729,10	1.071,26
65	Perdas por imparidade	366,11	202,50	568,61
67	Provisões do período	0,00	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	781,14	718,36	1.499,50
69	Gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00	0,00
	<b>Totais sem gastos administrativos</b>	<b>123.174,48</b>	<b>122.978,66</b>	<b>246.153,14</b>
6	<i>Imputação de gastos administrativos</i>	<i>5.948,47</i>	<i>8.922,70</i>	<i>14.871,17</i>
	<b>Total de gastos</b>	<b>129.122,95</b>	<b>131.901,36</b>	<b>261.024,31</b>
72	Prestação de serviços	35.998,75	61.732,25	97.731,00
75	Subsídios, doações e legados á exploração	14.639,04	27.481,21	42.120,25
78	Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,00	0,00
79	Juros, e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00
	<b>Total sem ganhos administrativos</b>	<b>50.637,79</b>	<b>89.213,46</b>	<b>139.851,25</b>
7	<i>Imputação de ganhos administrativos</i>	<i>1.574,94</i>	<i>2.362,40</i>	<i>3.937,34</i>
	<b>Total de ganhos</b>	<b>52.212,73</b>	<b>91.575,86</b>	<b>143.788,59</b>
	<b>Resultado</b>	<b>-76.910,22</b>	<b>-40.325,50</b>	<b>-117.235,72</b>

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2019 POR VALÊNCIAS**  
**ÁREAS DE JUVENTUDE E TERCEIRA IDADE**

CONTA	DESCRIÇÃO	INTERNATO CRIANÇAS E JOVENS	CENTRO DE DIA	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	29.267,46	4.452,67	33.720,13
62	Fornecimentos e serviços externos	38.575,68	9.296,04	47.871,72
63	Gastos com o pessoal	245.940,97	60.090,62	306.031,59
64	Gastos depreciação e de amortização	13.474,39	1.483,30	14.957,69
65	Perdas por imparidade	0,00	120,00	120,00
67	Provisões do período	0,00	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	8.695,58	266,72	8.962,30
69	Gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00	0,00
	<b>Totais sem gastos administrativos</b>	<b>335.954,08</b>	<b>75.709,35</b>	<b>411.663,43</b>
	<i>Imputação de gastos administrativos</i>	<i>74.355,78</i>	<i>17.845,39</i>	<i>92.201,17</i>
	<b>Total de gastos</b>	<b>410.309,86</b>	<b>93.554,74</b>	<b>503.864,60</b>
72	Prestação de serviços	0,00	69.874,38	69.874,38
75	Subsídios, doações e legados á exploração	343.277,00	33.403,35	376.680,35
78	Outros rendimentos e ganhos	12.227,13	11,00	12.238,13
79	Juros, e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00
	<b>Total sem ganhos administrativos</b>	<b>355.504,13</b>	<b>103.288,73</b>	<b>458.792,86</b>
	<i>Imputação de ganhos administrativos</i>	<i>19.686,65</i>	<i>4.724,80</i>	<i>24.411,45</i>
	<b>Total de ganhos</b>	<b>375.190,78</b>	<b>108.013,53</b>	<b>483.204,31</b>
	<b>Resultado</b>	<b>-35.119,08</b>	<b>14.458,79</b>	<b>-20.660,29</b>

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2019 OUTRAS ATIVIDADES**  
**OUTRAS ATIVIDADES (1)**

CONTA	DESCRIÇÃO	MUSEU	CULTO	SAÚDE U.DIAGNÓSTICO	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	0,00	1.030,96	0,00	1.030,96
62	Fornecimentos e serviços externos	14.407,74	3.903,57	47.748,39	66.059,70
63	Gastos com o pessoal	0,00	3.690,22	45.499,73	49.189,95
64	Gastos depreciação e de amortização	2.016,65	0,00	41.316,11	43.332,76
65	Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Provisões do período	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	0,00	0,00	1.295,60	1.295,60
69	Gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00	68,82	68,82
	<b>Totais sem gastos administrativos</b>	<b>16.424,39</b>	<b>8.624,75</b>	<b>135.928,65</b>	<b>160.977,79</b>
-	<i>Imputação de gastos administrativos</i>	<i>2.974,23</i>	<i>2.974,23</i>	<i>11.896,93</i>	<i>17.845,39</i>
	<b>Total de gastos</b>	<b>19.398,62</b>	<b>11.598,98</b>	<b>147.825,58</b>	<b>178.823,18</b>
72	Prestação de serviços	0,00	0,00	15.021,00	15.021,00
75	Subsídios, doações e legados á exploração	750,12	4.118,54	0,00	4.868,66
78	Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Juros, e outros rendimentos similares	0,00	0,00	84.422,48	84.422,48
	<b>Total sem ganhos administrativos</b>	<b>750,12</b>	<b>4.118,54</b>	<b>99.443,48</b>	<b>104.312,14</b>
-	<i>Imputação de ganhos administrativos</i>	<i>787,46</i>	<i>787,46</i>	<i>3.149,87</i>	<i>4.724,79</i>
	<b>Total de ganhos</b>	<b>1.537,58</b>	<b>4.906,00</b>	<b>102.593,35</b>	<b>109.036,93</b>
	<b>Resultado</b>	<b>-17.861,04</b>	<b>-6.692,98</b>	<b>-45.232,23</b>	<b>-69.786,25</b>

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2019**  
**GASTOS E GANHOS ADMINISTRATIVOS**

CONTA	DESCRIÇÃO	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	16.167,04
63	Gastos com o pessoal	48.385,09
64	Gastos depreciação e de amortização	45.879,46
65	Perdas por imparidade	2.066,91
67	Provisões do período	10.000,00
68	Outros gastos e perdas	408,00
69	Gastos e perdas de financiamentos	0,00
	<b>Totais sem gastos administrativos</b>	<b>122.906,50</b>
	<i>Imputação de gastos administrativos</i>	<i>17.845,39</i>
	<b>Total de gastos</b>	<b>140.751,89</b>
72	Prestação de serviços	0,00
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00
75	Subsídios, doações e legados á exploração	3.898,72
78	Outros rendimentos e ganhos	585.573,09
79	Juros, e outros rendimentos similares	0,00
	<b>Total sem ganhos administrativos</b>	<b>589.471,81</b>
-	<i>Imputação de ganhos administrativos</i>	<i>4.724,80</i>
	<b>Total de ganhos</b>	<b>594.196,61</b>
-	<b>Resultado</b>	<b>453.444,72</b>

CONTA	DESCRIÇÃO	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	2.725,51
62	Fornecimentos e serviços externos	103.435,85
63	Gastos com o pessoal	164.211,31
64	Gastos depreciação e de amortização	24.519,73
65	Perdas por imparidade	0,00
67	Provisões do período	0,00
68	Outros gastos e perdas	2.530,21
69	Gastos e perdas de financiamentos	0,48
	<b>Totais sem gastos administrativos</b>	<b>297.423,09</b>
	<i>Imputação de gastos administrativos</i>	<i>-297.423,09</i>
	<b>Total de gastos</b>	<b>0,00</b>
72	Prestação de serviços	5.414,51
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00
75	Subsídios, doações e legados á exploração	17.273,22
78	Outros rendimentos e ganhos	54.659,73
79	Juros, e outros rendimentos similares	1.399,17
	<b>Total sem ganhos administrativos</b>	<b>78.746,63</b>
-	<i>Imputação de ganhos administrativos</i>	<i>-78.746,63</i>
	<b>Total de ganhos</b>	<b>0,00</b>
-	<b>Resultado</b>	<b>0,00</b>

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 7.028.945 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.165.628 euros, incluindo um resultado líquido de 208.381 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reservas

A Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos concluiu durante o ano de 2019 a inventariação física dos imóveis bem como a respetiva conciliação com os registos contabilísticos. Desta análise resultou a identificação de um conjunto de imóveis que não constavam dos registos contabilísticos. Tendo por base a análise efetuada e as normas contabilísticas em vigor, a Entidade procedeu ao registo dos referidos imóveis com um impacto de 3.504.542 euros nos ativos (nas rubricas de propriedades de investimento e ativos fixos tangíveis) e fundos patrimoniais nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2019. De referir que este registo não se encontra refletido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, apresentadas para efeitos comparativos.

Permanece apenas por concluir a conciliação dos restantes bens do ativo fixo tangível cujo impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 e 2018, não nos é possível aferir.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 9 de julho de 2020



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro (ROC 1126)



SANTA CASA  
**Misericórdia do  
Bom Jesus de Matosinhos**

WB  
a

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS  
CONTAS E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE DOIS MIL E DEZANOVE  
PARECER DO DEFINITÓRIO**

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e vinte, reuniu o Definitório da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos, com a presença do presidente, Doutor Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa, do vice-presidente, Prof. António Cunha e Silva, e da vogal, D. Maria Manuela Costa Braga, tendo-se debruçado sobre o encerramento das contas e o Relatório de Atividades de dois mil e dezanove, que mereceram os seguintes pareceres: -----

Ponto um – O Definitório aprova as contas e a proposta de aplicação de resultados do ano de dois mil e dezanove, tal como lhe foram apresentadas, que se traduzem num lucro de duzentos e oito mil trezentos e oitenta e um euros e vinte e nove cêntimos, facto que, por comparação com o ano anterior, representa crescimento significativo do resultado apurado, cuja razão se prende, principalmente, com o aumento dos subsídios (mais noventa e um mil duzentos e sessenta e nove euros e vinte e cinco cêntimos) e a redução das despesas com o pessoal (menos cinquenta e seis mil cento e cinco euros e sessenta e sete cêntimos). -----

Ponto dois – Regista com apreço a adoção de medidas visando a fiabilidade dos registos contabilísticos, como sempre havia sido propugnado pelo Definitório, nomeadamente no que respeita à contabilização do imobilizado, das provisões para processos judiciais em curso e dos donativos para o lar da terceira idade. -----

Ponto três – Regista também com apreço o desenvolvimento da atividade da instituição, nas suas múltiplas facetas, não deixando, contudo, de voltar a apelar para a resolução urgente dos problemas verificados no Centro de Diagnóstico, quer quanto à rentabilização do espaço, quer quanto aos acordos assinados com os prestadores de serviços de saúde. Reconhece, contudo, que mesmo neste caso tem havido uma evolução positiva que é de sublinhar. -----

Ponto quatro – Chama ainda a atenção para os resultados negativos de muitas valências, em especial creches e ATL. -----



Ponto cinco – O Definitório vê ainda com preocupação o fraco rendimento das aplicações financeiras da Instituição, fruto das baixas taxas de juro prevalecentes no mercado de capitais, entendendo que se deve procurar um emprego alternativo para as disponibilidades financeiras. -----

Ponto seis – Pretende também o Definitório salientar o esforço desenvolvido pela Mesa Administrativa na racionalização de custos, bem como o rigor e capacidade de controlo do Departamento de Contabilidade da Instituição, desempenho que se acompanhou detalhadamente ao longo de todo o ano. -----

O Presidente

Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa

O Vice-Presidente

António Cunha e Silva

O Vogal

Maria Manuel Costa Braga